

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 921.891 PARANÁ

RELATOR : **MIN. ROBERTO BARROSO**
RECTE.(S) : **UNIÃO**
PROC.(A/S)(ES) : **PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL**
RECDO.(A/S) : **SERRARIA SANTA HILDA LTDA**
ADV.(A/S) : **SILVIO LUIZ DE COSTA**
INTDO.(A/S) : **CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A -**
ELETROBRÁS
ADV.(A/S) : **DANIELA KRAIDE FISCHER**
ADV.(A/S) : **MARCELO THOMPSON LANDGRAF**

DECISÃO:

Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

A pretensão recursal não merece acolhida. De início, no que tange aos critérios de cálculo da correção monetária, esta Corte já afastou a pretensão deduzida com fundamento na ausência de repercussão geral da questão. Nesse sentido, confira-se a ementa do AI 735.933, julgado sob a relatoria do Ministro Gilmar Mendes:

“EMPRÉSTIMOS COMPULSÓRIOS SOBRE O
CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA. LEI 4.156/62.
RESTITUIÇÃO. CRITÉRIOS DE CORREÇÃO MONETÁRIA.
MATÉRIA RESTRITA AO ÂMBITO
INFRACONSTITUCIONAL. REPERCUSSÃO GERAL
REJEITADA.”

Ademais, quanto à responsabilidade solidária da União, esta Corte igualmente afastou pretensão deduzida em recurso extraordinário, com fundamento expresso na ausência de repercussão geral da matéria. O acórdão foi ementado nos seguintes termos:

“EMPRÉSTIMOS COMPULSÓRIOS SOBRE O
CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA. LEI 4.156/62.
RESTITUIÇÃO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA
UNIÃO. MATÉRIA RESTRITA AO ÂMBITO

RE 921891 / PR

INFRACONSTITUCIONAL.” (AI 810.097/SC, Plenário, Relator
Ministro Gilmar Mendes)

Diante do exposto, com base no art. 557 do CPC e no art. 21, § 1º, do
RI/STF, nego seguimento ao recurso.

Brasília, 14 de outubro de 2015.

Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO

Relator